

EDITORIAL

Neste segundo volume referente ao ano de 2012, Ambiente e Sociedade traz 11 artigos apresentando uma multiplicidade de temas que abrem um estimulante campo de diálogo com questões que mobilizam a sociedade contemporânea: risco, vulnerabilidade e resiliência; governança ambiental, desenvolvimento sustentável e práticas sociais; participação pública e governança de tecnologias; mudanças climáticas, consensos e dissensos; problemas socioambientais e gestão de recursos naturais; educação e sustentabilidade. Todos os temas abordados refletem a complexidade que permeia uma agenda de sustentabilidade, sendo este outro ponto positivo deste volume, que enumera praticamente todas as áreas consideradas relevantes e hoje focalizadas pelas demandas da sociedade civil global e pelos desafios da sustentabilidade e da equidade.

Estamos às vésperas da Rio +20 e a sociedade humana está sendo mobilizada quanto à urgência de refletir e se posicionar sobre temas ambientais e sociais, sendo que os conceitos de risco, mobilização e governança, tratados neste volume, nos indicam caminhos e possibilidades para transformar a capacidade humana para o século XXI. Isso nos ajudará a enfrentar efetivamente os desafios ambientais globais e caminhar para uma economia de baixo carbono.

Ambiente e Sociedade será publicada no ano de 2012 quadrimestralmente, e lembramos que, desde 2011, a revista é publicada apenas na forma digital e com acesso livre.

O primeiro artigo, de autoria de Fabio de Castro, Barbara Hogenboom e Michiel Baud “*Governança ambiental na América Latina: para uma agenda de pesquisa mais integrada*” aborda uma temática de grande interesse e os autores argumentam que para se aperfeiçoar as ‘Perspectivas Latino Americanas’ para resolver dilemas socioambientais várias correntes interpretativas devem ser conectadas em arcabouços conceituais integrativos que possam melhor abordar questões complexas relativas a interações do estado, sociedade civil e setor privado em múltiplas escalas. O texto representa a visão que articula um consórcio de dez instituições européias e latino americanas organizados sob o nome de Environmental Governance in Latin America and the Caribbean (ENGOV).

O artigo “*Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC)*”, de autoria de Adinor José Capellesso e Ademir Antonio Cazella, analisa a diversificação das estratégias de reprodução social das famílias pescadoras artesanais no litoral Centro-Sul Catarinense. O estudo de caso revelou que os problemas ambientais e de gestão dos recursos

pesqueiros impactam negativamente a produção e a renda auferida pelas famílias pescadoras artesanais, forçando o recurso à pluriatividade ou mesmo o abandono da pesca.

Isabel Cristina Moura Carvalho, Carmen Roselaine Farias e Marcos Villela Pereira em “A missão “ecocivilizatória” e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade” tratam da aparente tensão entre os padrões da normatividade e da antinormatividade implicados nas expectativas da educação ambiental (EA). Discutem-se os sentidos que vêm se produzindo *sobre e desde* a prática da EA e que envolvem a socialização para uma cidadania ambiental, ao mesmo tempo imbuída de um caráter normatizador e de um ideário libertário. Os autores optam por uma via interpretativa, em que a educação ambiental se constitui no registro das “novas moralidades ecológicas”.

Em “*Lazer e área protegida: conflitos na busca de ‘emoções agradáveis’*”, Ana Lucia Lucas Martins aborda o tema de áreas protegidas, conservação e lazer numa unidade de conservação biológica, a Reserva Biológica do Tinguá (RebioTinguá), na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. No artigo argumenta-se que a categorização da área protegida coloca em disputa um conjunto de atores, valores e práticas acerca da conservação. A partir de observações, entrevistas, fotografias, aplicação de questionários e de fontes impressas, procurou-se apreender a particularidade do lazer como uma prática, um valor nas interações entre diferentes atores sociais e a questão da conservação da área protegida.

Erik Swyngendouw aborda em “*Whose environment? The end of nature, climate change and the process of post-politicization*” o destaque que adquire a questão ambiental, e em especial o problema da mudança climática, como uma preocupação pública global e uma referência como força constitutiva na produção da despoliticização. O autor desenvolve seu argumento em quatro partes: a primeira sobre a relação natureza e meio ambiente; na segunda, apresenta a política de mudança climática como *cause célèbre* da despoliticização; na terceira, aborda as interpretações teóricas sobre a consolidação dos arranjos pós-políticos e pós-democráticos; e na quarta, parte discute o consenso climático face à tese da pós-política e argumenta que o tema do meio ambiente e da mudança climática em especial, deve ser deslocado para o campo político.

O artigo “*O mito do consenso: uma perspectiva comparativa sobre governança tecnológica*”, de autoria de Julia S. Guivant e Philip Macnaghten, mostra que há um crescente consenso na literatura de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia a respeito da importância e da necessidade de participação pública na governança de tecnologias emergentes e controversas. Os autores argumentam neste artigo que a participação pública deve ser contextualizada, tendo em consideração questões críticas de epistemologias políticas nacionais e entendendo novas relações entre o global e o local na trajetória das inovações. Assim, procuram contribuir com a literatura em expansão sobre estudos críticos do engajamento público focando em dois exemplos empíricos do contexto brasileiro: nos organismos geneticamente modificados e na nanotecnologia.

Georg Frerks, Jeroen Warner e Bart Weijs em “*The politics of vulnerability and resilience*” analisam quatro abordagens relacionadas com o uso dos conceitos de vulnerabilidade e resiliência. Enquanto desde os 1980s a construção social de “vulnerabilidade” como fator explicativo de desastre tem recebido muita atenção, nos últimos anos cresceu o interesse sobre os aspectos relacionados com capacidades e resiliência. A abordagem de complexidade face ao risco parece oferecer possibilidades de superar vulnerabilidades arraigadas. A resiliência, entretanto é também um projeto político, que segundo os autores, contem seus aspectos obscuros, tons conservadores e deixa de considerar fontes estruturais da vulnerabilidade que continuam a afetar atores propensos aos riscos. Portanto se concebe a resiliência como o potencial para transformação social pós desastre.

Em “*Compromisso socioambiental e vulnerabilidade*”, Sônia Maria Lemos e Maria Inês Gasparetto Higuchi analisam as formas de compromisso socioambiental adotadas por moradores que vivem em situação de vulnerabilidade. Numa localidade com problemas sociais e ambientais, constata-se três tipos do compromisso socioambiental nomeados respectivamente de “passividade ativa”; “passividade suportiva” e “passividade cerceada”. Esse conjunto expressa o *ethos* presente nessa população, fruto das experiências individuais e coletivas vividas.

Dois artigos contemplam a temática da governança da água. “*A ideia de risco nos estudos sobre a problemática da água no Brasil*”, de autoria de Myriam Raquel Mitjavila e Bruno Grah, examina significados e funções da idéia de risco nos estudos realizados na última década no Brasil sobre a problemática da gestão da água, a partir de uma amostra de artigos publicados em periódicos científicos. Constata-se o caráter difuso, polissêmico e escassamente formalizado da noção de risco na maior parte dos textos examinados, bem como o predomínio de perspectivas epistemológicas objetivistas que não abordam dimensões sócio-políticas e culturais da gestão dos recursos hídricos. Mario Alejandro Pérez, Miguel Ricardo Peña e Paula Alvarez em “*Agro-industria cañera y uso del agua: análisis crítico en el contexto de la política de grocombustibles en Colombia*” desenvolvem sua reflexão sobre a relação entre as políticas econômicas que promovem o setor sucro-alcooleiro e seu impacto sobre o uso da água na Colômbia, com ênfase no Vale do Cauca, tanto na sua função abastecedora como na assimiladora. Além disso, examina a capacidade de suporte do território no vale do rio Cauca, associado com a dinâmica futura do cultivo da cana como resultado das novas políticas de apoio aos agro-combustíveis.

Este número se completa com o artigo de François-Michel Le Tourneau e Florent Kohler, “*Meu coração não mudou. Desenvolvimento sustentável, pragmatismo e estratégia em contexto amazônico tradicional*”, o qual aborda as consequências da instalação de projetos de desenvolvimento sustentável em três comunidades tradicionais da Amazônia, buscando não somente fazer um balanço dos impactos objetivos, mas também as relações que se estabelecem entre essas comunidades e as entidades que promovem os projetos. O autor argumenta que isto evidencia a existência de um mal-entendido criativo entre essas duas partes em torno do papel dos projetos e da posição da outra parte.

Em 2012, contamos com o apoio dos nossos leitores como importantes agentes multiplicadores do nosso trabalho sob a égide da Anppas. Vale lembrar que a revista completa 15 anos de existência, em prol da disseminação da produção de conhecimento interdisciplinar, nacional e internacional, que tanto nos estimula.

A equipe editorial